



EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: TRAJETÓRIA DO INTA (INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA) E PERCEPÇÕES DE EXTENSIONISTAS EM RÍO CUARTO (PROVÍNCIA DE CÓRDOBA, ARGENTINA)

RURAL EXTENSION AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: TRAJECTORY OF INTA (NATIONAL INSTITUTE OF AGRICULTURAL TECHNOLOGY) AND EXTENSIONISTS' PERCEPTIONS IN RÍO CUARTO (CÓRDOBA PROVINCE, ARGENTINA)

DOI: 10.5281/zenodo.23273086



*Rafael do Valle Paiva¹
Cezar Augusto Miranda Guedes²*

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória da extensão rural na Argentina, tomando como referência a atuação do Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) e as percepções de extensionistas vinculados à Agência de Extensão Rural de Río Cuarto, na província de Córdoba. O estudo parte da compreensão da extensão rural como uma prática institucional de mediação entre Estado, pesquisa, produção agropecuária e populações rurais. Metodologicamente, articula revisão bibliográfica e documental com pesquisa de campo realizada em Río Cuarto, em agosto de 2018, envolvendo entrevistas semiestruturadas com cinco técnicos e extensionistas vinculados ao INTA. A análise histórica evidencia diferentes momentos na trajetória institucional da extensão rural argentina, destacando a constituição de uma perspectiva educativa e humanista nas primeiras décadas do INTA, a posterior consolidação de uma orientação transferencista e modernizadora e, a partir das transformações ocorridas nas décadas de 1990 e 2000, a ampliação de abordagens sociais e territoriais. Os resultados

1 Doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária – PPGCTIA/UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: rafael.paiva11@gmail.com.

2 Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor no Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. E-mail: cezar.eco@gmail.com.





indicam que essas perspectivas não se sucedem de forma linear, mas permanecem coexistindo e disputando sentidos no interior da instituição. As entrevistas realizadas em Río Cuarto evidenciam diferentes concepções sobre o trabalho extensionista, incluindo mudanças nas formas de relação com agricultores, organizações e territórios, bem como percepções sobre limitações de recursos humanos e financeiros. Conclui-se que a trajetória do INTA revela permanências, rupturas e reconfigurações nas concepções de extensão rural, destacando-se a importância da articulação entre pesquisa, extensão e território para a compreensão das práticas extensionistas contemporâneas.

Palavras-chave: Extensão rural; INTA; desenvolvimento territorial; agricultura familiar; Argentina.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of rural extension in Argentina, focusing on the activities of the Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) and the perceptions of extension agents working at the Rural Extension Agency of Río Cuarto, in the province of Córdoba. The study understands rural extension as an institutional practice of mediation among the State, research, agricultural production, and rural populations. Methodologically, it combines bibliographic and documentary review with field research conducted in Río Cuarto in August 2018, involving semi-structured interviews with five technicians and extension agents associated with INTA. The historical analysis identifies different stages in the trajectory of Argentine rural extension, highlighting the development of an educational and humanistic perspective during INTA's early decades, the subsequent consolidation of a transfer-oriented and modernizing approach, and, from the transformations that occurred during the 1990s and 2000s, the expansion of social and territorial approaches. The findings indicate that these perspectives did not replace one another in a linear process but continue to coexist and shape different understandings within the institution. The interviews conducted in Río Cuarto reveal diverse conceptions of extension work, including changes in the ways of engaging with farmers, organizations, and territories, as well as perceptions regarding limitations in human and financial resources. It is concluded that INTA's trajectory reveals continuities, ruptures, and reconfigurations in conceptions of rural extension, highlighting the importance of integrating research, extension, and territory for understanding contemporary extension practices.

Keywords: Rural extension; INTA; territorial development; family farming; Argentina.

1. INTRODUÇÃO

A extensão rural constitui uma das principais formas de mediação entre o Estado, a produção agropecuária e as populações rurais. Sua trajetória histórica, entretanto, não pode ser compreendida como um processo linear ou exclusivamente associado à transferência de conhecimentos e tecnologias. Ao contrário, as diferentes concepções de extensão rural estiveram relacionadas aos projetos de desenvolvimento econômico e social adotados pelos





Estados nacionais, assumindo, em diferentes períodos, funções educativas, produtivas, tecnológicas e de intervenção social no espaço rural.

Essa característica torna particularmente relevante a análise da experiência argentina, cuja trajetória de extensão rural esteve fortemente vinculada ao Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). Criado em 1956, o Instituto passou a ocupar uma posição estratégica na política agrícola argentina, articulando, em uma mesma estrutura institucional, atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, assistência técnica e extensão rural. Essa configuração diferencia-se da experiência brasileira, na qual pesquisa agropecuária e extensão rural foram institucionalmente separadas, sobretudo a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Segundo Alemany (2003), a extensão rural do INTA foi constituída inicialmente a partir de um projeto de caráter predominantemente educativo. A proposta buscava estabelecer uma presença permanente do Estado no meio rural e promover mudanças nas práticas produtivas e nas condições de vida das famílias rurais. A unidade familiar ocupava, nesse primeiro momento, uma posição central na ação extensionista, que ultrapassava os aspectos estritamente produtivos e incorporava questões relacionadas à alimentação, saúde, educação, habitação, organização familiar e bem-estar social. Dessa maneira, a extensão era compreendida como uma ação mais ampla de desenvolvimento rural, e não apenas como um mecanismo de difusão de tecnologias.

Entretanto, a história da extensão rural argentina também foi marcada por mudanças conceituais e institucionais. A concepção educativa que caracterizou os primeiros períodos da atuação do INTA passou a conviver, e posteriormente a disputar espaço, com uma perspectiva mais fortemente orientada à transferência de tecnologia e à modernização da agricultura. A extensão rural passou progressivamente a incorporar os pressupostos do difusionismo tecnológico, aproximando-se de uma concepção na qual o conhecimento científico e tecnológico produzido pelas instituições de pesquisa deveria ser transferido aos produtores para promover aumentos de produtividade.





Essa perspectiva é particularmente importante porque permite compreender a extensão rural para além da simples relação entre técnico e produtor. A atividade extensionista constitui uma prática social onde diferentes concepções de conhecimento, desenvolvimento e ruralidade entram em interação. Nesse sentido, a discussão proposta por Freire (2013) sobre extensão e comunicação também contribui para problematizar modelos baseados exclusivamente na transmissão vertical de conhecimentos, colocando em evidência a necessidade de compreender os sujeitos rurais como participantes ativos dos processos de construção do conhecimento.

Assim, a história do INTA pode ser interpretada com um percurso de continuidades, rupturas e reconfigurações institucionais, na qual diferentes projetos de desenvolvimento rural produziram diferentes concepções sobre o papel da extensão. Conforme destacado por Alemany (2003), a capacidade de adaptação do Instituto às mudanças nas concepções de desenvolvimento contribuiu para sua permanência institucional ao longo de diferentes conjunturas políticas e econômicas. Ao mesmo tempo, essa capacidade de adaptação produziu mudanças importantes na própria identidade da extensão rural argentina.

É nesse cenário que se insere o presente artigo, que parte da trajetória histórica da extensão rural argentina para analisar as transformações ocorridas no interior do INTA e suas repercussões sobre o trabalho extensionista. O estudo busca compreender como diferentes projetos de desenvolvimento rural influenciaram a concepção e a prática da extensão rural argentina, considerando particularmente as mudanças ocorridas na relação entre Estado, tecnologia, agricultura familiar e produção agropecuária.

Desse modo, o artigo pretende contribuir para a compreensão da extensão rural argentina a partir de uma perspectiva histórica e institucional, considerando o INTA como uma instituição cuja trajetória esteve profundamente relacionada às transformações dos projetos de desenvolvimento rural do país. Mais do que reconstruir cronologicamente a história do Instituto, busca-se compreender como as mudanças nas concepções de desenvolvimento modificaram o próprio sentido da extensão rural, passando de uma perspectiva inicialmente marcada pela educação e pelo bem-estar das famílias rurais para uma





atuação progressivamente atravessada pela modernização tecnológica, pela transferência de tecnologias e pelas transformações do modelo agropecuário argentino.

2. A CRIAÇÃO DO INTA E A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO RURAL ARGENTINA

A compreensão da extensão rural argentina está diretamente relacionada à trajetória do INTA. Diferentemente da experiência brasileira, na qual pesquisa e extensão foram institucionalmente separadas ao longo do processo de consolidação das políticas agrícolas, o INTA incorporou essas duas dimensões em uma mesma estrutura institucional. Essa característica constitui um dos elementos fundamentais para compreender a especificidade da experiência argentina.

A trajetória do desenvolvimento agropecuário argentino possui, entretanto, raízes anteriores à criação do INTA. Ao longo do século XIX, a expansão das atividades agropecuárias destinadas ao mercado internacional contribuiu decisivamente para a formação econômica e territorial do país. A expansão das ferrovias, a introdução dos navios a vapor e, posteriormente, dos sistemas de transporte frigorificado viabilizaram o acesso da região pampeana aos mercados internacionais e possibilitaram a expansão da produção agropecuária em larga escala. Nesse processo, Buenos Aires consolidou-se como principal centro econômico e político do país, enquanto a região pampeana passou a ocupar posição estratégica na economia argentina (FERRER, 2004).

A importância econômica da produção agropecuária para a Argentina permaneceu ao longo do século XX, inclusive durante o processo de industrialização por substituição de importações. O setor rural desempenhava simultaneamente funções distintas: fornecia alimentos e matérias-primas para o mercado interno, contribuía para a geração de divisas por meio das exportações e constituía uma importante base econômica para o processo de industrialização. Nesse contexto, o aumento da produção e da produtividade agrícola passou a ser entendido como elemento estratégico para o desenvolvimento econômico nacional.





Nesse contexto, a extensão rural argentina não surgiu inicialmente como uma atividade restrita à transmissão de tecnologias produtivas. Ao contrário, o primeiro projeto extensionista do INTA apresentou forte caráter educativo e humanista. Alemany (2003) identifica esse período como o paradigma educativo, compreendido aproximadamente entre 1956 e 1976. A proposta buscava promover melhorias nas condições de vida da população rural por meio de um processo educativo que envolvia tanto as práticas agrícolas quanto as dimensões sociais da vida das famílias. A própria concepção inicial da extensão estava associada à ideia de realizar uma verdadeira "cruzada educativa", destinada a aproximar as populações rurais dos conhecimentos e práticas considerados necessários ao processo de modernização. A extensão pretendia, portanto, atuar como instrumento de transformação das condições econômicas e sociais do meio rural (ALEMANY, 2003).

Essa característica fazia com que a família rural ocupasse o centro das ações extensionistas. O objeto da extensão não era apenas o estabelecimento produtivo ou a produção agrícola, mas a própria unidade familiar e suas condições de reprodução social. As ações abrangiam questões relacionadas à produção, alimentação, saúde, habitação, economia doméstica, educação e lazer, configurando uma concepção relativamente ampla de desenvolvimento rural (ALEMANY, 2003).

Essa abordagem produziu uma estrutura de trabalho organizada de acordo com os diferentes integrantes da família rural. Os homens eram envolvidos em atividades relacionadas às formas de produção; as mulheres participavam dos chamados Clubes del Hogar Rural, voltados principalmente às questões domésticas e familiares; e os jovens eram incorporados aos Clubes 4A, destinados à realização de atividades educativas e produtivas e ao desenvolvimento de novas práticas entre a juventude rural (ALEMANY, 2003).

2.1. A territorialização da extensão rural

Alemany (2003) sintetiza essa concepção por meio da expressão "levar o Ministério ao campo", indicando a intenção de construir uma presença estatal efetiva e capilarizada nas





áreas rurais. As Agências de Extensão Rural (AER) constituíram, dessa forma, uma das principais bases da institucionalização da extensão rural argentina. Segundo a reconstrução apresentada por Alemany (2003), durante esse período foram estabelecidas mais de duzentas AER distribuídas pelo território argentino.

Essa organização permitiu ao INTA construir uma importante capilaridade territorial. A presença física dos extensionistas nas comunidades contribuiu para que o Instituto adquirisse forte reconhecimento entre as populações rurais.

A extensão passou, assim, a constituir mais do que uma atividade técnica. Formou-se aquilo que Alemany (2003) denomina uma verdadeira "cultura extensionista", caracterizada pelo compromisso dos profissionais com o trabalho desenvolvido e pelo reconhecimento social da função desempenhada. O extensionista era percebido não apenas como um funcionário público, mas como um agente diretamente envolvido com os processos de transformação das comunidades rurais.

2.2. O caráter educativo da extensão

O paradigma educativo que orientou o primeiro período do INTA apresentava, entretanto, contradições próprias de seu contexto histórico. A proposta de desenvolvimento partia, em grande medida, da oposição entre o "tradicional" e o "moderno", concepção fortemente influenciada pela sociologia rural norte-americana e pelas teorias de modernização.

O pressuposto era que determinadas práticas culturais e produtivas poderiam constituir obstáculos à modernização e que a extensão deveria contribuir para sua transformação mediante processos educativos e a adoção de práticas consideradas cientificamente adequadas (ALEMANY, 2003).

Essa dimensão é particularmente relevante quando relacionada às discussões sobre difusão de inovações, extensão e comunicação. Rogers (1983), ao sistematizar a teoria da difusão de inovações, compreende a difusão como um processo de comunicação por meio do





qual novas ideias, práticas ou tecnologias são disseminadas entre os membros de um sistema social. No campo da extensão agrícola, essa perspectiva contribuiu para compreender a atuação dos agentes de mudança como mediadores entre as instituições responsáveis pela produção de conhecimentos e tecnologias e os agricultores.

Essa concepção permite compreender parte da lógica que orientou a transferência de conhecimentos e tecnologias e que posteriormente ganhou centralidade nas práticas de extensão rural. Entretanto, a dimensão educativa da extensão também passou a ser problematizada a partir de perspectivas que enfatizaram a participação dos sujeitos envolvidos no processo. Freire (2013), ao discutir a relação entre extensão e comunicação, questiona concepções baseadas exclusivamente na transmissão de conhecimentos e chama atenção para a importância de relações educativas fundamentadas na comunicação e na participação.

Nessa perspectiva, a extensão rural pode ser compreendida para além da simples disseminação de conhecimentos e tecnologias, envolvendo processos de interação nos quais agricultores, técnicos e instituições participam de diferentes formas da construção e circulação do conhecimento. Essa compreensão permite ampliar a análise das transformações históricas da extensão rural argentina, especialmente diante das mudanças nas relações entre pesquisa, extensão, produtores rurais e território.

2.3. Da extensão educativa à modernização agrícola

A expansão internacional do modelo de modernização agrícola estava associada à disseminação de novas tecnologias produtivas, incluindo sementes melhoradas, fertilizantes químicos, defensivos agrícolas, mecanização e novas técnicas de manejo. Na América Latina, esse processo ficou conhecido como Revolução Verde.

A modernização agrícola não representou apenas a introdução de novas tecnologias. Ela implicou também uma mudança na própria concepção de extensão rural. A partir de meados da década de 1970, o INTA passou progressivamente de uma orientação marcada pela





educação e pelo desenvolvimento da família rural para uma concepção baseada na transferência tecnológica e no aumento da produtividade (ALEMANY, 2003).

A perspectiva da difusão de inovações, sistematizada por Rogers (1983), contribuiu para consolidar uma compreensão da mudança tecnológica centrada na comunicação e na adoção de novas ideias, práticas ou tecnologias pelos membros de um sistema social. No campo da agricultura, essa abordagem esteve associada à atuação de agentes de mudança responsáveis por estabelecer a ligação entre sistemas de pesquisa e os produtores rurais.

Dessa forma, a história da extensão rural argentina revela uma primeira grande inflexão: a passagem de uma extensão centrada na família rural e orientada por um paradigma educativo para uma extensão orientada pela transferência tecnológica e pela modernização produtiva.

3. DA CRISE DO MODELO TRANSFERENCISTA À RECONFIGURAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL ARGENTINA

A consolidação do modelo transferencista no INTA representou uma mudança significativa na concepção da extensão rural argentina. Se, durante os primeiros vinte anos de existência da instituição, predominava um paradigma educativo que compreendia a extensão como instrumento de transformação social e de melhoria das condições de vida das famílias rurais, a partir da segunda metade da década de 1970 ganhou força uma perspectiva orientada à modernização tecnológica e ao aumento da produtividade agropecuária (ALEMANY, 2003).

Essa mudança não deve ser compreendida apenas como uma alteração metodológica das atividades de extensão. Ela representou uma transformação na própria definição do público, dos objetivos e das funções atribuídas aos extensionistas. Conforme analisado por Alemany (2003), o projeto transferencista redefiniu o público beneficiário da extensão: a família rural deixou progressivamente de constituir o principal objeto de trabalho e a ação passou a concentrar-se nos produtores agropecuários considerados capazes de incorporar as tecnologias disponíveis e responder rapidamente aos estímulos da modernização. Nesse





processo, pequenos produtores e minifundiários passaram a ocupar uma posição secundária dentro das metas produtivistas.

A transformação também repercutiu sobre a organização interna do INTA. Embora pesquisa e extensão permanecessem formalmente reunidas em uma mesma instituição, o modelo transferencista promoveu uma crescente separação entre essas duas atividades. A pesquisa passou a ocupar posição hierarquicamente superior na produção das tecnologias, enquanto a extensão assumiu, em grande medida, a função de promover sua adaptação e transferência aos produtores. Alemany (2003) caracteriza esse processo como a constituição de um modelo linear de inovação, marcado pela segmentação entre pesquisa e extensão e por uma interação institucional permeada por tensões.

Esse modelo aproxima-se do que Rogers (1983) denomina modelo clássico de difusão, no qual a inovação é produzida por uma fonte especializada, frequentemente vinculada à pesquisa e ao desenvolvimento, e posteriormente difundida aos potenciais adotantes. No âmbito agrícola, o autor identifica os serviços de extensão como parte de um sistema relativamente centralizado, no qual as inovações circulam da pesquisa para especialistas de extensão, destes para agentes locais e, finalmente, para os agricultores.

Essa mudança teve consequências importantes para a identidade histórica da extensão rural. Programas voltados ao trabalho com a família, como as ações relacionadas ao Hogar Rural, bem como as atividades destinadas à juventude rural, perderam gradativamente espaço diante das estratégias de difusão de tecnologias e dos programas orientados ao aumento da produtividade. A extensão passou a privilegiar metodologias de difusão em escala, acompanhando a expansão dos pacotes tecnológicos associados à modernização agrícola (ALEMANY, 2003).

O processo ocorreu em paralelo à expansão da chamada Revolução Verde, caracterizada pela disseminação de sementes melhoradas, fertilizantes, defensivos químicos, mecanização e novas práticas de manejo. Na Argentina, essas transformações encontraram condições particularmente favoráveis na região pampeana, contribuindo para a intensificação





produtiva e para a expansão de sistemas agrícolas cada vez mais integrados aos mercados nacionais e internacionais.

A extensão rural passou, nesse contexto, a ocupar uma posição estratégica na disseminação do novo padrão tecnológico. O extensionista tornou-se, em grande medida, o elo entre a pesquisa agropecuária e o produtor, responsável por apresentar, adaptar e estimular a adoção das tecnologias desenvolvidas pelos centros de pesquisa. Essa configuração aproxima-se do modelo clássico de difusão descrito por Rogers (1983), no qual a inovação parte de uma fonte especializada e é conduzida por agentes de mudança até os potenciais adotantes. No caso dos serviços de extensão agrícola, Rogers descreve justamente uma estrutura na qual os resultados da pesquisa são encaminhados aos especialistas de extensão, aos agentes locais e, posteriormente, aos agricultores. O conhecimento produzido institucionalmente assumia, assim, uma trajetória predominantemente descendente: pesquisa, tecnologia, extensão, produtor.

Esse processo contribuiu para uma mudança importante na relação entre conhecimento científico e conhecimento dos agricultores. A valorização crescente das tecnologias produzidas pelos centros de pesquisa reduziu o espaço institucional destinado aos conhecimentos construídos pelos próprios produtores a partir de suas experiências e práticas cotidianas. A extensão, que anteriormente apresentava uma dimensão educativa mais ampla, aproximou-se progressivamente de uma concepção de assistência técnica orientada pela adoção de tecnologias previamente definidas.

3.1. A crise do paradigma transferencista

A partir dos anos 1980 e, especialmente, durante a década de 1990, profundas transformações econômicas e sociais atingiram a Argentina. O avanço das políticas de liberalização econômica, a abertura dos mercados e as transformações no papel do Estado produziram novas condições para a agricultura e para as instituições públicas vinculadas ao desenvolvimento rural.





Nesse contexto, o próprio modelo de extensão baseado na transferência de tecnologias passou a ser questionado. A crise econômica e os impactos sociais das transformações produtivas colocaram em evidência a necessidade de políticas capazes de responder não apenas ao aumento da produtividade, mas também às condições de reprodução social dos agricultores e à crescente heterogeneidade do espaço rural.

O modelo baseado na transferência de tecnologia e na aplicação de pacotes tecnológicos predominou até os anos 1990. A partir da crise econômica e da emergência das questões ambientais, especialmente na passagem para os anos 2000, começou a ser construída uma nova visão de desenvolvimento rural e de extensão rural.

Essa mudança não significou, contudo, o desaparecimento do modelo produtivista. Pelo contrário, as duas concepções passaram a coexistir dentro do próprio INTA. De um lado, permaneceu a perspectiva de modernização e aumento da competitividade da produção agropecuária; de outro, ganharam espaço propostas voltadas à compreensão mais ampla das questões sociais, ambientais e territoriais do meio rural.

Essa coexistência é importante para compreender a trajetória posterior do Instituto. Como aponta Torrado (2020), ao longo da história do INTA ocorreram alternâncias entre políticas voltadas à modernização e ao aumento da competitividade da produção agropecuária e perspectivas mais amplas e sistêmicas sobre os problemas da ruralidade. Essas posições não se sucederam de maneira absolutamente linear, mas combinaram continuidades, rupturas e diferentes formas de interpretação da realidade rural. Dessa maneira, a trajetória do INTA não pode ser compreendida como uma simples substituição de um paradigma por outro. O que se observa é um processo de disputa e recomposição institucional, no qual diferentes concepções de desenvolvimento rural passaram a coexistir.

3.2. A emergência de uma nova concepção de desenvolvimento rural

A passagem para os anos 2000 marcou uma nova etapa na trajetória da extensão rural argentina. A crise do modelo econômico e as transformações ocorridas no espaço rural





contribuíram para recolocar questões sociais e territoriais no centro do debate sobre desenvolvimento.

A agricultura familiar, os pequenos e médios produtores, as economias regionais e as diferentes formas de organização social passaram a adquirir maior relevância nas discussões sobre políticas públicas. A extensão rural passou, progressivamente, a ser chamada a responder a problemas que não poderiam ser solucionados exclusivamente pela adoção de novas tecnologias.

Essa mudança significava ampliar o próprio objeto da extensão. O produtor deixava de ser considerado apenas como receptor de tecnologias e passava a ser compreendido dentro de um sistema mais amplo, composto por relações econômicas, sociais, ambientais e territoriais.

O território passou, nesse sentido, a adquirir importância como categoria de análise e de intervenção. Em lugar de uma ação centrada exclusivamente na unidade produtiva, a perspectiva territorial procura considerar as relações entre agricultores, organizações, mercados, instituições públicas e recursos naturais. Essas questões derivam do fato de que a agropecuária é uma atividade eminentemente territorial. Em que pese todo o avanço no conhecimento, os solos, o clima, a altitude e a variedade dos biomas, fazem com que o conhecimento e as práticas necessárias não sejam facilmente replicáveis em qualquer espaço como uma espécie de conhecimento deslocalizado. Tudo isso implica em levar em conta os condicionamentos da natureza, assim como as formas de organização do trabalho e da produção, o que torna a configuração da agropecuária bem distinta das atividades industriais (Guedes, 2024).

A extensão rural, sob essa perspectiva, assume uma função de mediação e articulação. Seu papel não se restringe à transferência de conhecimentos técnicos, mas envolve a construção de relações entre diferentes atores e instituições presentes no território.

Essa transformação aproxima a extensão de uma perspectiva mais sistêmica do desenvolvimento rural. O desenvolvimento deixa de ser identificado exclusivamente com crescimento da produtividade agrícola e passa a incorporar dimensões relacionadas à





qualidade de vida, sustentabilidade ambiental, organização social, acesso a mercados e capacidade de ação coletiva.

É nesse processo que a experiência acumulada pelo INTA adquire particular importância. A permanência da pesquisa e da extensão dentro de uma mesma instituição possibilitou que as mudanças nas concepções de desenvolvimento fossem incorporadas ao debate institucional sem que fosse necessário reconstruir completamente a estrutura organizacional. Alemany (2003) considera justamente essa capacidade de adaptação às diferentes visões de desenvolvimento um dos fatores que ajudam a explicar a continuidade institucional alcançada pelo INTA.

3.3. Continuidade, ruptura e disputa no interior do INTA

A nova perspectiva não eliminou as concepções anteriores. Ao contrário, a história recente do INTA revela a existência de uma permanente tensão entre diferentes projetos para o desenvolvimento rural argentino.

De um lado, permanece uma visão orientada à modernização produtiva, à competitividade e à incorporação de tecnologias. De outro, desenvolvem-se perspectivas que procuram compreender a ruralidade em sua complexidade social, econômica, ambiental e territorial.

Essa tensão também pode ser observada na definição do público prioritário da instituição. Enquanto a lógica produtivista tende a privilegiar produtores com maior capacidade de incorporação tecnológica e inserção nos mercados, as perspectivas sociais e territoriais procuram ampliar a atenção aos pequenos produtores, agricultores familiares e às economias regionais.

Nesse sentido, a extensão rural torna-se um espaço de disputa sobre o próprio significado de desenvolvimento rural.

Se desenvolvimento significa também aumento da produtividade e competitividade, a extensão tende a assumir uma função de transferência e difusão tecnológica.





Se desenvolvimento é entendido como um processo multidimensional, envolvendo produção, sustentabilidade, organização social e qualidade de vida, o extensionista assume funções mais amplas de mediação, comunicação, organização e construção coletiva de conhecimentos.

Essa tensão não é exclusividade do contexto argentino e sim um componente estrutural do extensionismo latino-americano. Entretanto, a experiência do INTA apresenta uma particularidade importante: essas diferentes concepções foram continuamente incorporadas e disputadas dentro de uma mesma instituição, que manteve pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão sob uma estrutura comum.

4. A EXTENSÃO RURAL ARGENTINA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS EXTENSIONISTAS DE RÍO CUARTO

A análise da trajetória histórica do INTA permite identificar diferentes concepções de extensão rural que se sucederam e, em determinados momentos, coexistiram no interior da instituição. Entretanto, a compreensão dessas transformações não pode limitar-se à análise dos documentos institucionais e da literatura. É necessário observar como tais mudanças foram percebidas pelos agentes responsáveis pela execução cotidiana das ações de extensão.

Com esse propósito, foi realizada pesquisa de campo no município de Río Cuarto, província de Córdoba, Argentina, entre os dias 3 e 15 de agosto de 2018. O trabalho envolveu entrevistas com técnicos de campo e extensionistas rurais vinculados ao INTA e a atividades desenvolvidas em parceria com a Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC), além da observação da rotina de funcionamento da agência local do Instituto. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, envolvendo seis participantes, utilizando-se um roteiro composto por oito questões, posteriormente desdobradas em diferentes itens. O instrumento buscou compreender tanto a inserção dos entrevistados na instituição quanto suas percepções sobre as políticas agrícolas, as mudanças governamentais e seus efeitos sobre o INTA e sobre a extensão rural na província de Córdoba.





O município de Río Cuarto está situado ao Sul da Província de Córdoba, onde se constitui como o principal centro urbano. Para uma compreensão de suas perspectivas em diferentes âmbitos e questões territoriais relacionadas, recomendamos a leitura de CARNIGLIA, 2018,

Por razões éticas e de preservação da identidade dos participantes, os entrevistados foram identificados apenas numericamente. A composição do grupo permitiu reunir diferentes experiências profissionais. Alguns participantes possuíam longa trajetória na instituição e em projetos de extensão, enquanto outros apresentavam menor tempo de atuação. Essa diferença temporal revelou-se particularmente relevante para a interpretação das respostas, uma vez que os entrevistados com maior tempo de experiência apresentaram maior possibilidade de reconstruir as mudanças ocorridas ao longo de diferentes períodos da história institucional do INTA.

A análise das entrevistas indica que as transformações da extensão rural não foram percebidas pelos agentes como um processo homogêneo. Ao contrário, diferentes experiências profissionais produziram distintas interpretações sobre as mudanças institucionais, as políticas governamentais e o papel desempenhado pelo INTA. Essa diversidade não constitui uma fragilidade do material empírico; ao contrário, permite compreender a instituição como espaço no qual diferentes concepções de extensão e desenvolvimento rural coexistem.

4.1. A memória institucional dos extensionistas

Um primeiro elemento identificado nas entrevistas foi a importância da experiência profissional acumulada para a interpretação das mudanças ocorridas no INTA.

O primeiro entrevistado, com longa trajetória institucional e participação em diferentes projetos de extensão, apresentou uma visão mais abrangente da evolução das políticas agrícolas e extensionistas. Sua experiência permitiu estabelecer relações entre diferentes períodos da instituição e identificar mudanças na orientação das políticas públicas. Em contraste, o segundo entrevistado, com menor tempo de atuação, apresentou uma percepção





mais diretamente relacionada às transformações dos governos recentes e às experiências contemporâneas de trabalho. O terceiro entrevistado, também com longa trajetória e participação em diferentes projetos, contribuiu para a reconstrução das mudanças institucionais e das novas diretrizes que estavam sendo formuladas no período analisado. O quarto entrevistado, com menor tempo de atuação, apresentou uma visão mais recente das atividades do INTA e interpretações distintas das mudanças estruturais relatadas pelos entrevistados com maior tempo de instituição. A quinta entrevista, realizada com dois profissionais com longa experiência em assistência técnica e extensão rural, permitiu recuperar uma visão mais ampla das transformações das políticas públicas dirigidas ao meio rural argentino.

Essas diferenças são importantes porque demonstram que a memória institucional não é homogênea. A percepção sobre uma determinada mudança depende, entre outros fatores, do período em que o profissional ingressou na instituição, das funções que desempenhou e de sua inserção nos diferentes projetos de extensão.

Nesse sentido, as entrevistas permitem compreender o INTA não apenas como uma estrutura administrativa, mas como uma instituição cuja história é também constituída pelas experiências e interpretações dos seus agentes.

4.2. Entre o atendimento individual e a ação coletiva

Um dos aspectos mais significativos identificados nas entrevistas diz respeito à forma de organização do trabalho junto aos pequenos e médios agricultores.

Em uma das entrevistas, ao discutir o modelo de atuação do INTA junto a esse público, o entrevistado apontou o trabalho individual como um dos principais problemas da organização das ações de extensão. A crítica estava relacionada à dificuldade de promover processos coletivos capazes de fortalecer a inserção dos pequenos produtores nos mercados e nas estruturas econômicas regionais.





Esse relato é particularmente relevante quando relacionado à trajetória histórica apresentada nos tópicos anteriores. Durante o paradigma educativo, o INTA desenvolveu estratégias voltadas à organização das famílias e das comunidades rurais. Posteriormente, o modelo transferencista deslocou o foco para o produtor individual e para a adoção de tecnologias.

A fala do entrevistado permite observar, portanto, uma espécie de tensão entre a unidade produtiva individual e a dimensão coletiva do desenvolvimento rural.

A questão não se resume à forma de atendimento técnico. Ela envolve o modo como o agricultor é compreendido dentro do processo de desenvolvimento. Quando a intervenção se concentra exclusivamente na unidade produtiva individual, questões como organização coletiva, comercialização, inserção territorial, agregação de valor e articulação entre produtores podem receber menor atenção.

A percepção registrada na entrevista aproxima-se, assim, da concepção de desenvolvimento rural que passou a ganhar espaço no debate institucional a partir dos anos 2000, na qual a agricultura familiar é analisada não apenas a partir da produção dentro da propriedade, mas também a partir das relações econômicas e sociais estabelecidas no território. Alguns estudos de casos na Argentina e no Brasil apresentam a complexidade e variedade dessas relações, principalmente quando se trata de pequenos e médios produtores em suas articulações com o território e o mercado, como pode ser visto em GIOVANINNI, (2018).

4.3. A percepção de uma mudança na orientação social e territorial

Outro resultado importante aparece na percepção de um dos entrevistados sobre a mudança de orientação estratégica ocorrida a partir do ano de 2003.

Segundo o relato, naquele momento teria ocorrido uma mudança em direção a uma visão considerada mais social e territorial, procurando levar em consideração as diferenças existentes entre os territórios e a realidade social da agricultura familiar argentina. O





entrevistado relacionou essa mudança à valorização de grupos e associações de produtores, em contraste com formas de atuação centradas predominantemente no produtor individual.

É importante destacar que essa interpretação corresponde à percepção de um dos entrevistados, e não deve ser apresentada como descrição absoluta ou homogênea de toda a instituição. Sua importância para a análise está justamente em revelar como determinadas mudanças nas políticas públicas foram experimentadas e interpretadas pelos agentes que atuavam diretamente na extensão.

Essa percepção também dialoga com a transformação paradigmática identificada por Alemany (2003). Se o paradigma transferencista havia priorizado a transferência de tecnologias e a modernização produtiva, a emergência de uma perspectiva mais territorial ampliou o campo de atuação da extensão para questões relacionadas à organização dos produtores, às diferenças regionais e às condições sociais da agricultura familiar.

Nesse sentido, a extensão passa a ser concebida menos como um processo de transmissão e mais como uma prática de mediação e articulação.

4.4. Mudanças políticas e condições de trabalho

As entrevistas também revelaram a percepção de que as mudanças nas políticas nacionais repercutiam diretamente sobre as condições concretas de funcionamento das estruturas locais do INTA.

O trabalho de campo realizado em Río Cuarto registrou uma situação caracterizada, simultaneamente, pelo crescimento das demandas e pela redução do quadro funcional. A agência local contava, no momento da pesquisa, com nove funcionários, sendo cinco profissionais de nível superior — entre agrônomos e veterinários — e quatro trabalhadores de nível técnico e administrativo. A observação realizada durante o trabalho de campo identificou uma defasagem entre a demanda pelos serviços e a disponibilidade de pessoal para atendê-la.

Esse dado permite compreender que a discussão sobre a extensão rural não pode ser separada das condições materiais necessárias para sua realização.





A extensão pressupõe presença territorial, acompanhamento continuado e capacidade de estabelecer relações com os agricultores. A redução do número de profissionais, quando associada ao aumento da demanda, tende a modificar a própria natureza do trabalho extensionista, uma vez que limita a capacidade de acompanhamento individual e coletivo das famílias rurais.

A questão dos recursos também aparece diretamente nas entrevistas. Um dos participantes, com mais de duas décadas de experiência na extensão rural, relatou que as estruturas locais do INTA estavam trabalhando com menos recursos em razão dos cortes orçamentários ocorridos no período analisado.

Outro entrevistado relatou que as transformações institucionais em curso naquele momento incluíam a possibilidade de reorganização da estrutura do INTA, com discussão sobre a separação entre as atividades de pesquisa e inovação e as atividades de extensão.

Essa questão é particularmente relevante porque a integração entre pesquisa e extensão constitui uma das características históricas mais importantes do INTA. Uma eventual separação dessas funções representaria, portanto, não apenas uma alteração administrativa, mas uma mudança significativa em relação ao modelo institucional construído desde 1956.

4.5. Diferentes percepções sobre as transformações institucionais

As entrevistas também demonstraram que as mudanças ocorridas no período não foram interpretadas da mesma maneira por todos os participantes.

Um exemplo particularmente significativo está na diferença entre as entrevistas realizadas com profissionais com distintas trajetórias institucionais. Enquanto um entrevistado com mais de duas décadas de atuação apresentou uma interpretação mais crítica sobre as mudanças e seus efeitos sobre o trabalho com as famílias agricultoras, a quinta entrevista, realizada com profissional com aproximadamente dez anos de experiência, não apresentou a mesma percepção negativa sobre a atuação governamental em relação ao INTA.





Essa diferença é metodologicamente importante. Ela demonstra que os resultados não devem ser tratados como uma representação homogênea da percepção dos extensionistas de Río Cuarto.

Ao contrário, a diversidade das respostas constitui um dado empírico relevante. A experiência profissional, a posição ocupada no interior da instituição e o período de ingresso no serviço público parecem influenciar a maneira como os agentes interpretam as transformações institucionais.

Assim, em lugar de buscar uma única "visão dos extensionistas", o material permite identificar diferentes visões construídas a partir de diferentes posições e trajetórias dentro do INTA.

4.6. O INTA como instituição em disputa

A análise conjunta das entrevistas permite compreender que as mudanças observadas em Río Cuarto não devem ser interpretadas apenas como alterações administrativas. Elas expressam disputas mais amplas sobre o papel do Estado no desenvolvimento rural e sobre a própria função da extensão.

A trajetória institucional reconstruída nos tópicos anteriores mostra que o INTA foi capaz de sobreviver a diferentes conjunturas políticas justamente por apresentar capacidade de adaptação às diferentes concepções de desenvolvimento (ALEMANY, 2003). O material empírico de Río Cuarto permite observar essa característica em escala local.

Os relatos mostram uma instituição submetida a mudanças nas prioridades, nos recursos disponíveis, na composição de suas equipes e na forma de organizar suas ações de extensão. Ao mesmo tempo, permanecem entre os agentes diferentes concepções sobre o papel da instituição e sobre os públicos que deveriam ser prioritariamente atendidos.

Essa característica permite interpretar o INTA como uma instituição em permanente reconfiguração, na qual diferentes projetos de desenvolvimento rural convivem e disputam espaço.





Nesse sentido, a experiência de Río Cuarto reforça o argumento central deste artigo: a história da extensão rural argentina não corresponde a uma sucessão linear de paradigmas nos quais um modelo simplesmente substitui o anterior. O que se observa é a permanência de diferentes concepções (educativa, transferencista, produtivista, social e territorial) que são reinterpretadas e disputadas conforme as condições históricas.

5. ENTRE A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E A EXPERIÊNCIA DOS EXTENSIONISTAS

A análise da trajetória da extensão rural argentina e, particularmente, das experiências relatadas pelos extensionistas entrevistados em Río Cuarto, permite compreender o INTA como uma instituição marcada por permanências, rupturas e sucessivas reconfigurações de suas funções. Mais do que uma substituição linear de paradigmas, os dados apontam para a coexistência de diferentes concepções de extensão rural, que se expressam tanto nas orientações institucionais quanto nas práticas desenvolvidas pelos agentes em campo.

A literatura apresentada no referencial teórico identifica diferentes momentos na trajetória da extensão rural argentina: inicialmente, uma perspectiva de caráter educativo e humanista; posteriormente, uma orientação centrada na transferência de tecnologia e na utilização de pacotes tecnológicos; e, a partir da crise dos anos 1990 e da transição para os anos 2000, a construção de uma perspectiva que passou a incorporar de maneira mais explícita as dimensões social e territorial do desenvolvimento rural. Entretanto, essa última perspectiva não representa uma ruptura definitiva com os modelos anteriores, permanecendo como espaço de disputas e diferentes interpretações sobre o papel da extensão rural.

5.1 Permanências e rupturas entre os paradigmas da extensão rural

A trajetória histórica analisada demonstra que as transformações ocorridas na extensão rural argentina não podem ser compreendidas simplesmente como uma sucessão de modelos que se encerram completamente para dar lugar a outros. O próprio percurso do INTA





evidencia a existência de continuidades e descontinuidades entre diferentes projetos de desenvolvimento rural.

Torrado (2020) identifica justamente essa alternância entre prioridades voltadas à modernização e ao aumento da competitividade da produção agropecuária e perspectivas mais amplas e sistêmicas sobre a ruralidade. Essas diferentes orientações convivem com as transformações do cenário socioprodutivo e podem produzir respostas distintas às necessidades dos diferentes segmentos da população rural.

Essa característica ajuda a compreender os resultados encontrados em Río Cuarto. As entrevistas não revelaram uma interpretação única acerca das transformações ocorridas no INTA. Ao contrário, as respostas apresentaram diferenças relacionadas ao tempo de atuação dos entrevistados, à sua inserção institucional e às experiências acumuladas em diferentes projetos de extensão.

Assim, a mudança paradigmática deve ser compreendida como um processo em construção, no qual elementos de diferentes períodos históricos permanecem presentes. A transferência tecnológica, a assistência individualizada, o trabalho com grupos e associações e a perspectiva territorial aparecem, em diferentes momentos, como componentes de uma mesma trajetória institucional.

5.2 Da transferência tecnológica à perspectiva social e territorial

Um dos elementos mais relevantes identificados nas entrevistas foi a percepção de uma mudança na orientação estratégica do INTA a partir de 2003. Um dos entrevistados, com longa trajetória institucional, associou esse período à construção de uma “*mirada más social y territorial*”, relacionada às diferenças territoriais e à realidade social da agricultura familiar argentina.

Essa percepção estabelece uma relação direta com a discussão apresentada no referencial teórico sobre a necessidade de superar uma concepção de extensão baseada exclusivamente na transferência de tecnologias. Na perspectiva relatada pelo entrevistado, o





atendimento individualizado dos agricultores apresentava limitações quando não estava acompanhado de uma compreensão mais ampla da inserção regional dos produtores, de suas relações econômicas e das formas coletivas de organização.

Nesse sentido, a crítica ao trabalho individual não representa necessariamente uma rejeição da assistência técnica ao produtor. O problema apontado está na ausência de uma dimensão coletiva e territorial capaz de relacionar a unidade produtiva com o território no qual ela está inserida.

A entrevista é particularmente significativa porque associa a atuação do INTA junto à agricultura familiar à formação de grupos e associações de produtores. Segundo o entrevistado, a perspectiva territorial permitiria considerar as especificidades locais e as relações sociais existentes entre os agricultores, deslocando parcialmente o foco da propriedade individual para as relações estabelecidas no território.

Essa interpretação aproxima-se da própria trajetória institucional do INTA descrita por Alemany (2003), para quem a capacidade de adaptação da instituição a diferentes concepções de desenvolvimento contribuiu para sua continuidade institucional. A integração entre pesquisa e extensão também constitui uma característica importante dessa trajetória.

5.3 A integração entre pesquisa e extensão como elemento institucional

Outro aspecto importante para a discussão diz respeito à relação entre pesquisa, inovação e extensão rural. Desde sua constituição, o INTA possui uma característica institucional diferenciada: a reunião dessas funções dentro de uma mesma estrutura.

Essa integração permitiu que a pesquisa agropecuária e a extensão rural fossem concebidas como partes de um mesmo processo institucional. Alemany (2003) destaca justamente a integração tradicional entre pesquisa e extensão sob um mesmo marco institucional como uma das características que diferenciam o INTA.





Entretanto, durante o trabalho de campo realizado em 2018, um dos entrevistados relatou que estava sendo desenhado um processo de reorganização institucional que poderia resultar no desmembramento das atividades de pesquisa e inovação das ações de extensão.

Esse elemento é relevante porque ultrapassa uma questão meramente administrativa. A separação entre pesquisa e extensão pode modificar a maneira como conhecimento, tecnologia e demandas dos agricultores circulam dentro da instituição. Na experiência histórica do INTA, essas funções foram construídas dentro de um mesmo marco institucional; portanto, qualquer alteração nessa relação representa uma mudança importante na forma de organização da política de desenvolvimento rural.

O relato de Río Cuarto, entretanto, deve ser interpretado como uma percepção registrada no período do trabalho de campo, e não como demonstração de que a separação institucional tenha necessariamente se concretizado em sua forma anunciada. O que os dados permitem afirmar é que, em 2018, essa possibilidade era percebida por um dos entrevistados como parte das mudanças em curso.

5.4 Condições materiais e capacidade de presença territorial

Os resultados também indicam que a discussão sobre paradigmas de extensão rural não pode ser dissociada das condições materiais de funcionamento das instituições.

Embora Río Cuarto estivesse localizada na província de Córdoba, que possuía duas das maiores agências do INTA, a unidade observada contava com nove funcionários: cinco profissionais de nível superior, entre agrônomos e veterinários, e quatro trabalhadores de nível técnico e administrativo. A observação realizada durante a pesquisa identificou uma situação de crescimento da demanda concomitante ao esvaziamento do quadro funcional.

Esse dado é particularmente importante para compreender a relação entre política institucional e prática extensionista. A extensão rural depende não apenas de uma orientação metodológica ou paradigmática, mas também da existência de profissionais capazes de manter presença continuada no território.





Os entrevistados relacionaram as mudanças observadas no período a alterações no financiamento e à redução da mão de obra disponível para as atividades de campo.

Dessa maneira, o debate sobre a transformação da extensão rural deve considerar simultaneamente o que a instituição pretende fazer e sua capacidade efetiva de fazê-lo. Uma orientação institucional voltada à atuação territorial, por exemplo, pressupõe disponibilidade de profissionais, recursos e tempo para construir relações continuadas com agricultores, organizações e demais atores locais.

5.5 A heterogeneidade das percepções dos extensionistas

Um dos resultados mais importantes do trabalho de campo é justamente a heterogeneidade das percepções apresentadas pelos entrevistados.

Os cinco entrevistados possuíam trajetórias profissionais distintas. Alguns apresentavam longa experiência institucional e participação em diferentes projetos de extensão, enquanto outros possuíam menor tempo de atuação. Essa diferença influenciou a maneira como os processos históricos e as mudanças recentes eram percebidos.

A primeira entrevista, por exemplo, apresentou uma visão mais abrangente da trajetória institucional, enquanto a segunda ofereceu uma perspectiva mais recente sobre as mudanças dos últimos governos. A terceira entrevista também estava fortemente ancorada na trajetória histórica do INTA, enquanto a quarta apresentou uma percepção mais recente das ações institucionais. A quinta entrevista reuniu duas pessoas com longa experiência em assistência técnica e extensão rural.

Essa diversidade é metodologicamente relevante. Os depoimentos não devem ser tratados como se representassem uma posição homogênea dos extensionistas ou do próprio INTA. Ao contrário, as diferenças entre as entrevistas demonstram que a instituição é interpretada a partir de diferentes posições profissionais, experiências e períodos de inserção.

Essa constatação também contribui para relativizar interpretações exclusivamente estruturais sobre as transformações da extensão rural. As políticas institucionais produzem





condições gerais de atuação, mas sua tradução em práticas concretas depende dos sujeitos que atuam dentro dessas estruturas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória da extensão rural argentina e da experiência dos extensionistas entrevistados em Río Cuarto permitiu compreender que o desenvolvimento da extensão rural no país está profundamente relacionado às transformações pelas quais passou a sociedade, a economia argentina e o próprio INTA. Ao longo de sua trajetória, a instituição assumiu diferentes orientações e prioridades, acompanhando as mudanças nas concepções de desenvolvimento rural e nas políticas direcionadas ao setor agropecuário.

Nesse processo, o INTA ocupa posição central. Sua característica histórica de reunir pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão sob uma mesma estrutura institucional se constitui num elemento decisivo para compreender a especificidade da experiência argentina. A capacidade de adaptação da instituição a diferentes concepções de desenvolvimento também contribuiu para sua continuidade ao longo de diferentes períodos históricos.

Os resultados obtidos em Río Cuarto reforçam essa interpretação. O trabalho de campo, realizado em agosto de 2018, envolveu entrevistas com técnicos de campo e extensionistas vinculados ao INTA e a atividades desenvolvidas em parceria com a Universidad Nacional de Río Cuarto, além da observação da rotina do escritório local. As diferentes trajetórias profissionais dos entrevistados possibilitaram identificar distintas formas de perceber as transformações ocorridas na instituição.

Ao mesmo tempo, as entrevistas demonstraram que não existe uma percepção homogênea acerca dessas transformações. A experiência profissional e o tempo de inserção institucional dos entrevistados contribuíram para diferentes interpretações sobre as mudanças ocorridas no INTA. Enquanto alguns entrevistados apresentaram uma leitura mais crítica das transformações





institucionais e das condições de trabalho, outros não manifestaram o mesmo grau de preocupação.

Diante disso, a pesquisa permite compreender a extensão rural argentina como uma construção histórica e institucional em permanente transformação. O caso do INTA demonstra que diferentes concepções de desenvolvimento rural podem coexistir dentro de uma mesma instituição, produzindo diferentes formas de compreender o papel do extensionista, o público prioritário das políticas e as estratégias de intervenção nos territórios.

Assim, a principal contribuição desta análise está em evidenciar que a compreensão da extensão rural argentina exige uma abordagem que articule história institucional, paradigmas de desenvolvimento, condições materiais de trabalho e experiências dos agentes que atuam diretamente nos territórios. A trajetória do INTA demonstra que as mudanças institucionais não ocorrem de forma linear, mas resultam da interação entre diferentes projetos, políticas, atores e realidades territoriais.

Por fim, os resultados obtidos em Río Cuarto constituem uma evidência situada e não devem ser automaticamente generalizados para todo o território argentino. Entretanto, permitem identificar elementos importantes para compreender as transformações vivenciadas pela extensão rural no período analisado, especialmente no que diz respeito à relação entre pesquisa e extensão, à capacidade institucional de presença em campo, à valorização das dimensões social e territorial e às diferentes percepções dos próprios extensionistas sobre as mudanças ocorridas no INTA.

A análise reforça, portanto, a necessidade de compreender a extensão rural não apenas como uma estrutura de prestação de assistência técnica, mas como uma dimensão das políticas de desenvolvimento rural cuja configuração se modifica de acordo com os projetos institucionais, as condições concretas de atuação e as diferentes concepções sobre o desenvolvimento dos territórios rurais.





REFERÊNCIAS

ALEMANY, C. Apuntes para la construcción de los períodos históricos de la Extensión Rural del INTA. In: THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. (org.). *La extensión rural en debate: concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2003.

CARNIGLIA, E. (Organizador) Un territorio desigual: memorias y agendas de investigación para el sur de Córdoba. Río Cuarto: UniRío Editora, 2018.

FERRER, A. *La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI*. 3. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIOVANINNI, F. *Acceso y uso de TIC en productores familiares porcinos en el centro-sur de Córdoba, Argentina y Oeste de Santa Catarina, Brasil*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária) – Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto, Argentina, 2018.

GUEDES, C. A. M. O caminho se faz ao andar. Prefácio. In: PIMENTEIRA, C. A. P; ALVES Jr, A. J ET AL (organizadores). *Ciência, tecnologia e inovação agropecuária: diálogos interdisciplinares na América Latina*. Belo Horizonte: Poisson, 2024.

ROGERS, Everett M. *Diffusion of innovations*. 3. ed. New York: The Free Press, 1983.

TORRADO, J. J. *Aportes a la comprensión de los procesos de innovación y cambio técnico en la actividad ganadera extensiva y su relación con las redes y el capital social: casos de Argentina y Brasil en diálogo*. 2020. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária) – Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto, Argentina, 2020.

Recebido em: 07/09/2026

Aprovado em: 24/09/2026

Publicado em: 09/10/2026

